

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.059 - SC (2019/0337454-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : MARCIO ANTONIO LINS
ADVOGADO : IVAN ALVES DIAS - SC019953
RECORRIDO : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADOS : ANGELITO JOSÉ BARBIERI - SC004026
EVELI SCHWARTZ - SC037464

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL GENÉRICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. COBERTURA EM CASO DE INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (IFPD). INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Marcio Antônio Lins contra os acórdãos de fls. 389-398 e 410-414 (e-STJ), proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementados:

CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. SUSTENTADO O DIREITO À INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (IFPD). PERICIA JUDICIAL REALIZADA. AUTONOMIA FUNCIONAL E EXISTÊNCIA INDEPENDENTE PRESERVADAS. ALEGADA A ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A NECESSIDADE DE "PERDA DA EXISTÊNCIA INDEPENDENTE" DO SEGURADO PARA RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. INSUBSISTÊNCIA. PARTE PLENAMENTE INFORMADA SOBRE AS CONDIÇÕES DO CONTRATO. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ QUE, POR SI SÓ, NÃO PROVA A PERDA DA EXISTÊNCIA INDEPENDENTE. AUSENTES OS REQUISITOS PARA CONFIGURAÇÃO DA INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (IFPD). DIREITO À INDENIZAÇÃO INEXISTENTE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

"Na Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD), a

garantia do pagamento da indenização é no caso de invalidez conseqüente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, ocorrida quando o quadro clínico incapacitante inviabilizar de forma irreversível o pleno exercício das relações autonômicas do segurado. Já na cobertura de Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença (ILPD), há a garantia do pagamento de indenização em caso de invalidez laborativa permanente total, conseqüente de doença para a qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, para a atividade laborativa principal do segurado. Logo, a garantia de invalidez funcional não tem nenhuma vinculação com a invalidez profissional.

[...] Embora a cobertura IFPD (invalidez funcional) seja mais restritiva que a cobertura ILPD (invalidez profissional ou laboral), não há falar em sua abusividade ou ilegalidade, tampouco em ofensa aos princípios da boa-fé objetiva e da equidade, não se constatando também nenhuma vantagem exagerada da seguradora em detrimento do consumidor. De qualquer modo, a seguradora deve sempre esclarecer previamente o consumidor e o estipulante (seguro em grupo) sobre os produtos que oferece e existem no mercado, prestando informações claras a respeito do tipo de cobertura contratada e as suas conseqüências, de modo a não induzi-los em erro." (STJ, AgRg no AREsp 589.599/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 07/03/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DECIDIDA. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. CPC, ART. 1.022. INADMISSIBILIDADE. Ausentes contradição, omissão ou obscuridade apontadas pela parte recorrente, os embargos de declaração opostos com o fim de rediscutir matéria já decidida deságuam, irremediavelmente, no acolhimento.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 416-437), aponta o insurgente, além de dissídio jurisprudencial, a existência de violação dos arts. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015; e 6º, II, III e V, 46, 47, 51, IV e XVI, § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor. Sustenta, em síntese: i) a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; e ii) a nulidade da cláusula que prevê a cobertura securitária apenas para a incapacidade funcional total por doença (IFPD).

Contrarrazões às fls. 453-465 (e-STJ).

Admitido o processamento do recurso na origem (e-STJ, fls. 467-469), ascenderam os autos a esta Corte.

Superior Tribunal de Justiça

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que a alegação de negativa de prestação jurisdicional foi feita de forma genérica, sem especificar, objetivamente, os pontos da demanda sobre os quais teria o Tribunal de origem deixado de se pronunciar.

A alegação de negativa de prestação jurisdicional de forma genérica faz incidir a Súmula 284/STF a impedir o conhecimento do recurso, neste ponto.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O recurso especial que indica violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Rever tal conclusão acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 211 do STJ.

4. A necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.140.214/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2017, DJe 20/11/2017).

Por fim, a decisão recorrida se mostra em sintonia com o entendimento desta Corte, no sentido de que não há nulidade na cláusula que prevê a cobertura do seguro no caso de incapacidade funcional total por doença (IFPD).

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. INCAPACIDADE PERMANENTE PARA A PROFISSÃO. DESEMPENHO DE ATIVIDADES LABORAIS. DEFINIÇÃO DA APÓLICE: INVALIDEZ FUNCIONAL. ATIVIDADES AUTONÔMICAS DA VIDA DIÁRIA. PRESERVAÇÃO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA INDEVIDA. RECURSO PROVIDO.

1. Comprovada a suspensão do prazo recursal em virtude de feriado local, por documento idôneo, não há que se falar em intempestividade do agravo em recurso especial, no caso. 2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "não se revela abusiva a cobertura securitária de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD) condicionada à constatação de incapacidade decorrente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, vale dizer, a irreversível inviabilidade do pleno exercício de suas relações autônomicas (artigo 17 da Circular SUSEP 302/2005)" (REsp 1.449.513/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 19.03.2015). 3. O acórdão recorrido dissentiu do entendimento adotado pela jurisprudência do STJ, de que "inexiste ilegalidade na cláusula que condiciona o pagamento da indenização securitária, em caso de invalidez por doença, à incapacidade permanente total do segurado" (AgInt no AREsp 1.185.798/RS, Rel.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 09/03/2018).

4. Agravo interno provido, para conhecer do agravo a fim de dar provimento ao recurso especial julgando improcedente o pedido.

(AgInt no AREsp 1248343/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 24/08/2018).

Diante do exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor dos advogados da parte recorrida em 1% (um por cento) sobre o valor da causa, devendo ser observada a gratuidade de justiça conferida ao recorrente.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

